

Lei Rouanet:



Retrato do Brasil encontrou o ministro da Cultura, Juca Ferreira, em Brasília, atarefado com o comando da sistematização dos milhares de sugestões colhidas na consulta pública sobre a Lei Rouanet. O processo culmina seis anos de debate sobre a reformulação da legislação, que o ministro apelidou de um nome que prefere não mencionar, mas que coincide com o de uma conhecida marca de cerveja preta. "Os mecenas brasileiros não enfiam a mão no próprio bolso, mas no bolso do governo, para promover as marcas de suas empresas", diz.

Natural de Salvador, 60 anos, filho de pai comunista, ex-líder da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), exilado com passagens pela Suécia e pela França, o sociólogo Juca Ferreira, que substituiu Gilberto Gil no Ministério da Cultura (MinC), enfrenta uma batalha de porte. Está confiante que vai vencer e que os resultados da reforma da Lei Rouanet serão a ampliação da importância econômica da cultura e a sua democratização.

Retrato do Brasil Em que contexto se implantou a Lei Rouanet e por que razão o MinC propõe a sua reformulação?

Juca Ferreira A Lei Rouanet sucedeu a Lei Sarney. Foi um movimento do governo Collor, em parte para fazer frente ao prestígio do Sarney, que não era exatamente um aliado, e em parte também porque o Collor mexeu muito na área cultural. Ele extinguiu instituições e esvaziou as políticas culturais. A Lei Rouanet tem 18 anos de aplicação e acumulou distorções monstruosas. É fácil compreender por quê. Em resumo, a gente pode dizer o seguinte: a Lei Rouanet pega dinheiro público e o disponibiliza a partir de critérios privados. Não se pode dizer que essa era a intenção, pois a intenção era híbrida, a de uma parceria público-privada. Mas é uma parceria que eu, como ministro, não posso dizer como é chamada na Bahia... Nesses 18 anos, entraram 90% de dinheiro público e só 10% de dinheiro empresarial. O Brasil é o único país do mundo onde o mecenas não é meter a mão no próprio bolso para fazer uma benesse social. É meter a mão no bolso do governo para fazer uma benesse social e fortalecer a marca de sua empresa.

RB A Lei Rouanet foi criada numa época em que se combatia o Estado...

JF Era um contexto de enfraquecimento do Estado, em que se dizia que o Estado era um ente caduco, um elefante, petrossauro, coisas do gênero. E em nenhuma outra área eles ousaram ir tão longe quanto foram na cultura. Essa lógica permitiu que hoje a gente tenha números escandalosos: 3% dos proponentes ficam com mais da metade dos recursos e 80% dos projetos se concentram em São Paulo e Rio de Janeiro. E não é São Paulo e Rio de Janeiro em geral, não. São os mesmos 3% que ficam com mais da metade dos recursos. Boa parte da área cultural não tem acesso. Projetos culturais ligados aos segmentos mais pobres da sociedade não têm acesso. Por quê? Porque a empresa tem interesse financeiro que lhe pode dar retorno de imagem. Acontece que nem tudo pode dar retorno de imagem. Artista de vanguarda que está inovando na linguagem ainda não tem público. Pelo contrário, está contrariando o gosto comum. Esse não tem acesso. Biblioteca não tem acesso. Arqueologia não tem acesso. Boa parte da cultura brasileira não tem acesso. Isso gerou um alto grau de concentração territorial, social e dos que

MECENATO COM RECURSO ALHEIO

O ministro Juca Ferreira fala sobre as mudanças no incentivo à cultura. A idéia é evitar que empresas usem dinheiro público na promoção da própria

imagem | Antônio Carlos Queiroz e Raimundo Rodrigues Pereira

têm acesso, gerou uma distorção que não é compreensível em se tratando de dinheiro público. Além disso, esse dinheiro não é pouca coisa. Corresponde a 80% do que o ministério tem para aplicar na cultura. Portanto, 80% estão sob a égide da lógica privada. Eu tenho a impressão de que não é constitucional, e que o País inteiro engoliu mosca quando permitiu que dinheiro público fosse aplicado sem critério público. O fato de ser aplicado na cultura, essa justificativa genérica, não é suficiente.

RB Por que a lei só foi regulamentada em 2006, pelo decreto 5.761/06?

JF A lei teve várias mudanças, que permitiram que chegasse aos 100% de renúncia fiscal, o que era fartamente aplicado antes de chegarmos ao ministério. Houve modificações que não tocaram em sua essência. A regulamentação de 2006 foi uma tentativa de lhe dar um caráter de parceria público-privada. Quando chegamos aqui, em 2003, até o papel higiênico dos institutos de bancos eram pagos com dinheiro público. Festas de fim de ano de empresas eram patrocinadas com a Lei Rouanet. A árvore de Natal do Bradesco, montada na lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio

de Janeiro, era financiada com a Lei Rouanet. Para mudar isso, a gente fez o que foi possível com instrumentos infralegais. Mas, desde que chegamos aqui, a gente diz que precisa fazer uma reforma da lei. Mudar a equação da lei, a lógica dela.

RB Alguns críticos dizem que este não é o momento mais propício para a reforma, por causa da crise financeira.

JF Eu não diria que nós pensamos essa reforma para fazer frente à crise, porque a idéia da reforma é anterior. Mas ela cai perfeitamente neste momento de crise, porque está havendo uma retração da adesão do empresariado. Se ficarmos parados, com medo, vamos ser engolidos pela crise, porque nós temos um teto recorde este ano, de 1,3 bilhão de reais para a Lei Rouanet. Se não modificarmos as regras e ficarmos dependentes da adesão das empresas, esse dinheiro vai virar só um crédito não utilizado. Precisamos encontrar mecanismos alternativos. E aí é que a lei se enquadra perfeitamente bem, porque prevê vários mecanismos.

RB Quais?

JF A gente não considera a renúncia o principal mecanismo do financiamento

da cultura. O principal é o Fundo Nacional de Cultura, que disponibiliza os recursos diretamente, sem intermediação empresarial. E estamos prevendo também a possibilidade de transferir parte da renúncia para o fundo, para fortalecer esse mecanismo de financiamento direto. Eu tenho feito uma pergunta a que ninguém me respondeu ainda: se há 100% de renúncia, ou seja, se o empresariado não agrega nada ao se associar à Lei Rouanet, para que submeter os artistas à *via cruas* de sair batendo de porta em porta? Não tem lógica.

RB Justamente nesse contexto, a reforma não pode ser vista como uma medida de combate à crise, comparada com os projetos culturais que o presidente Franklin Roosevelt criou no âmbito do New Deal, nos anos 1930?

JF Isso tem algum paralelo com o período pós-crise de 1929 nos EUA. Na primeira metade da década de 1930, a economia da cultura americana era pequena e controlada pelo capital francês. E foi um ato consciente da sociedade, dos produtores culturais e do Estado americano que potencializou essa economia e nacionalizou os investimentos nessa área, que acabou

ficando entre as três maiores economias do país. A tal ponto que os EUA não seriam o que são sem o cinema americano, sem a indústria fonográfica americana, não só gerando lucros, mas também difundindo um modo de vida e, portanto, fortalecendo a presença dos americanos no mundo.

RB Quais são as potencialidades da economia da cultura no Brasil?

JF O Brasil tem uma possibilidade enorme de desenvolver uma economia poderosa. Hoje a cultura responde por 7% do PIB [Produto Interno Bruto] e emprega pouco mais de 5% da mão de obra formal. O IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], que, por demanda do ministério, fez essa pesquisa, reconhece que algumas áreas ficaram de fora. Temos condições de chegar rapidamente a 10% do PIB brasileiro, o que não é pouca coisa. É preciso compreender que a cultura pode e deve ser tratada em três dimensões: como fato simbólico, como direito de cidadania e como economia.

RB Parece que essa reforma tem também certo paralelo com o modelo de incentivo do governo ao desenvolvimento da ciência. É isso?

JF Para elaborar nossa proposta, pesquisamos modelos não só da área da cultura, mas de outras áreas públicas, e não apenas no Brasil. O governo português tem um fundo das artes excelente; o francês tem um modelo também muito desenvolvido; os EUA têm vários fundos. Acabamos descobrindo, aqui mesmo, no Brasil, o Fundo de Ciência e Tecnologia, que é muito bom, opera de maneira objetiva e atende a uma pluralidade de pesquisas que demandam a contribuição do Estado. Percebemos que no interior desse Fundo tinha o embrião do que a gente queria.

RB Entre as críticas à reforma, destacam-se algumas do Ministério Público Federal, segundo as quais a proposta não oferece mecanismos para a descentralização regional na aplicação dos recursos.

JF Essas críticas foram apresentadas por procuradores do Ministério Público, mas não em nome da instituição. Eles têm razão quando dizem que nós tínhamos a intenção de apresentar o corpo da lei, transferindo a regulação para instrumentos infralegais. Mas, a partir da consulta pública, percebemos que incorporar os critérios à lei dá mais segurança e cria a possibilidade de uma sustentação e de uma adesão maiores. A gente assumiu o compromisso de incorporar ao projeto esses critérios.

RB A adoção de critérios resgata o artigo 22 da lei atual, que proíbe critérios subjetivos no julgamento das obras?

JF Esse artigo proíbe, mas não impede. Toda vez que um ser humano fica diante de um problema, de uma opção, sem critérios objetivos definidos pela sociedade, ele vai adotar critérios subjetivos. A Lei Rouanet, naquele contexto a que me referi, foi interpretada segundo a crença de que o mercado e a sociedade, entre aspas, teriam mais condições de determinar o que era meritório num projeto cultural. Na verdade, os critérios de julgamento foram transferidos para os departamentos de *marketing* das empresas, que não

têm de prestar contas a ninguém. Nós tínhamos retirado da proposta o artigo 22 porque é inócuo afirmar que não se deve usar critérios subjetivos se você não dá possibilidade de haver critérios objetivos. Já recuperamos a menção. Mas a novidade é que vamos dotar o fomento e o incentivo à cultura no Brasil de critérios objetivos, possivelmente renováveis periodicamente, para que a gente vá adensando a capacidade de avaliação e evite as distorções.

RB Que critérios são esses?

JF Os critérios deverão ser ordenados em três dimensões: garantir o desenvolvimento da economia da cultura; garantir um aumento da sensibilidade, com mecanismos de acessibilidade ampla; e garantir o desenvolvimento cultural, o aprimoramento e o desenvolvimento de linguagens e coisas do gênero.

RB Mas há também o argumento de que, com a definição de critérios, o Estado estaria querendo impor os seus pontos de vista.

JF Eu já disse que esse argumento é tão inconsistente que parece leite em pó instantâneo, que se dissolve sem precisar bater. Ora, nós estamos construindo um modelo de gestão compartilhado.

OS DESVIOS GASTOS COM PAPEL HIGIÊNICO E CATATAU PUBLICITÁRIO SÃO EXEMPLOS DE MAU USO DA LEI

A menção do ministro Juca Ferreira ao desvio dos recursos da Lei Rouanet para financiar papel higiênico é literal. O truque funcionava assim: o instituto interessado, em vez de fazer a previsão de despesas para a manutenção de seus equipamentos (incluindo a limpeza e conservação de salas, salões ou edifícios) durante determinado evento, esquentava o projeto com o lançamento desse tipo de despesa para um período mais largo. Garantia assim a compra de papel higiênico, entre outros itens, suficiente para um ano inteiro ou mais.

Outro desvio comum era a multiplicação de verbas para a elaboração de projetos, cujo teto previsto na lei é de 10% do montante. No planejamento de uma exposição itinerante a cinco cidades, o interessado podia captar 10% para elaborar o projeto. Na prática, alguns desdobravam a proposta em cinco, ampliando assim os recursos dessa rubrica.

Um terceiro desvio era feito com a edição de livros que supostamente contariam uma história de interesse público. Exemplo: em vez de narrar a história do aço no País, a Usiminas aproveitou o tema para publicar a sua própria história. E, em vez de contar a história dos caminhões no País, a Mercedes-Benz produziu um cartapácio de propaganda da empresa.

A CULTURA SOB ROOSEVELT INCENTIVAR ATIVIDADES DO SETOR FEZ PARTE DA ESTRATÉGIA DE COMBATE À GRANDE DEPRESSÃO

Para enfrentar a devastação produzida pela crise financeira de 1929 e guindar os EUA à condição de superpotência, o governo do presidente Franklin Delano Roosevelt fez maciços investimentos estatais em todas as áreas da economia, incluindo a cultura. Em vez de criar frentes de trabalho para o transporte inútil de pedras de um lugar para outro, criou, por exemplo, sob pressão dos artistas, o Projeto Federal de Teatro. A iniciativa resultou em centenas de espetáculos e empregou milhares de trabalhadores, desde carregadores de piano até grandes mitos, como o ator e diretor de cinema Orson Welles.

O panorama dessa época foi bem retratado no filme de Tim Robbins, *O Império vai dançar* (*Cradle will rock*), de 1999, sobre a saga do produtor de teatro Marc Blitzstein, que, entre outros espetáculos, montou a *Ópera dos três vinténs*, de Bertolt Brecht e Kurt Weill.

Hoje, o Fundo Nacional de Cultura é de exclusiva responsabilidade dos gestores públicos. Estamos propondo que seja compartilhado, metade, metade, com os produtores culturais e a sociedade. Esses empresários críticos não são um bom exemplo de generosidade, porque, dos projetos que são aprovados pelo ministério e que vão para o *Diário Oficial*, eles só financiam 20%, uma média constante. O resto é excluído, e eles excluem o que não dá retorno de imagem. Na verdade, esse argumento mascara o dirigismo de mercado. O que a gente quer são critérios pactuados publicamente, que tenham legitimidade e que estarão sob o crivo da crítica. Se não forem bons, serão reformulados. Vamos usar a inteligência como instrumento de construção de parâmetros sociais.

RB Será que esses critérios garantirão mesmo a regionalização da produção cultural?

JF Claro. Pessoalmente, vou defender, na sistematização das propostas, que nenhum estado ultrapasse um determinado percentual e também que nenhuma região fique aquém de determinados percentuais que considerem a concentração demográfica e o grau de desenvolvimento cultural, como todas as outras políticas públicas são obrigadas a considerar.

RB A questão é que há muito preconceito contra as regiões fora do Sudeste, não é?

JF A tese que defenderam no início, mas que pararam de defender, por vergonha, é que o que existe de relevante culturalmente no Brasil já está no Rio e em São Paulo. Eu posso dar uma lista cansativa, de 1 milhão de exemplos, em qualquer área, altamente relevantes para a cultura nacional, produzidos fora do eixo Rio-São Paulo. Então, não se trata de uma reforma contra ninguém, mas de uma reforma que possibilite lidar com a complexidade brasileira.

RB O ministério está agora fazendo a sistematização das mais de 2 mil propostas colhidas na consulta pública. Quando é que o projeto segue para o Congresso?

JF Provavelmente, até o fim de junho. A gente está discutindo essa reforma há seis anos. É um assunto para lá de amadurecido. Os que são contra são poderosos, mas são poucos. Não acreditavam que a gente fosse levar isso à prática. Mas a gente amadureceu e amadureceu e amadureceu. E discuti e discuti e discuti. E examinamos outras experiências. Então, estamos perto de um projeto. Agora, vamos agregar os critérios. Eu acho que essa vai ser a grande discussão, porque o resto já está fartamente aprovado. O bom da democracia é que ela vai assumindo a complexidade. A reforma da lei é um passo importante na democratização da política cultural no Brasil. •

Anúncio